

Cortes salariais: Contestação dos professores começa hoje a chegar aos tribunais

Os sindicatos de professores começam a entregar ações em tribunal para tentar travar a redução de salários decidida pelo Governo, no âmbito do combate ao défice do Estado, à semelhança de outros setores da Administração Pública.

Os sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) vão interpor providências cautelares antecipatórias a partir de hoje para evitar que se concretizem os cortes salariais, até que haja “uma decisão sobre a sua legalidade, legalidade e constitucionalidade”, anunciou a estrutura

liderada por Mário Nogueira.

Assim, serão entregues providências cautelares entre as 10:00 e as 11:30 de hoje nos tribunais administrativos e fiscais do Porto, Coimbra, Lisboa, Beja, Ponta Delgada e Funchal.

Mário Nogueira vai acompanhar a entrega da providência cautelar em Lisboa.

Se o salário de janeiro contiver cortes, no dia 25 os educadores e professores de todos os graus de ensino apresentarão “a adequada impugnação” nos respetivos serviços processadores de vencimentos.

A Fenprof recordou, em comunicado, que en-

tretanto serão desenhados outros processos de “denúncia e contestação”, junto de instâncias nacionais e internacionais.

A Federação Nacional da Educação (FNE) vai também recorrer aos tribunais, estando ainda a estudar qual a figura jurídica “mais forte” para contestar a redução dos vencimentos.

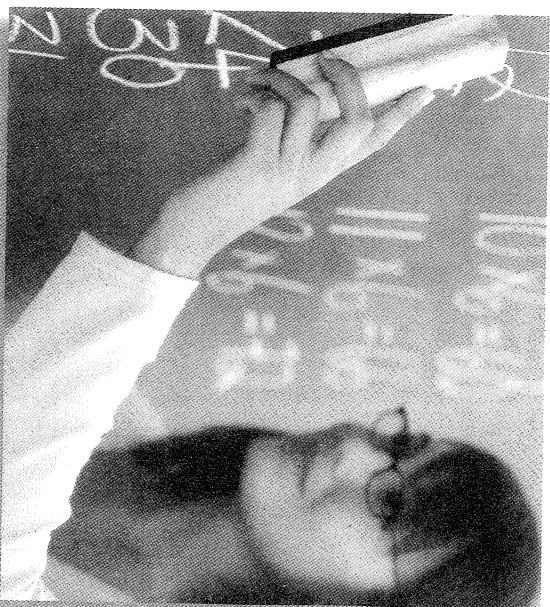
“Haverá da parte da FNE uma contestação jurídica”, garantiu hoje à agência Lusa o secretário-geral, João Dias da Silva, acrescentando que o procedimento está ainda a ser estudado,

mas será decidido esta semana.

Também o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESEP) está a estudar todas as opções jurídicas que poderá utilizar para contestar a decisão do Governo, contando chegar a conclusões nos próximos dias.

“Estamos a estudar hipóteses de ações jurídicas junto dos tribunais, mas não queremos descartar outras, nomeadamente a Assembleia da República”, disse o presidente do sindicato, António Vicente.

“Preferimos estudar todos os pontos de vista jurídicos para estarmos



mais seguros”, afirmam os cortes salariais

vão de 3,5 por cento a 10 por cento do salário e aplicar-se a quem ganhe

mais de 1.500 euros por mês na Administração Pública e no setor empresarial do Estado.

acordo ortográfico